

**PROJETO DE LEI Nº     , DE 2007**  
**(Do Sr. JÚLIO DELGADO)**

Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para permitir o financiamento da contribuição previdenciária com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, na situação em que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que “regula o Programa do Seguro-Desemprego, o abono salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, e dá outras providências”, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso III:

“Art. 2º .....

III – financiar a contribuição previdenciária do trabalhador desempregado, nos termos da regulamentação.”

Art. 2º A Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, passa a vigorar acrescida do seguinte Art. 2º-D:

“Art. 2º-D. O financiamento da contribuição previdenciária prevista no inciso III do art. 2º será restrito ao trabalhador desempregado que esteja a 3 (três) anos de implementar os requisitos necessários para a aposentadoria por tempo de contribuição ou por idade.



733AE79A21

Parágrafo único. O financiamento concedido nos termos deste artigo será condicionado à assinatura de termo de garantia de pagamento, conforme o inciso VI do art.115 da Lei n.º 8.213, de 24 de julho de 1991.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

Conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em 2006, havia 534 mil pessoas com idade de 50 anos ou mais em situação de desemprego.

Atualmente, a Previdência Social garante aos trabalhadores aposentados a manutenção da qualidade de segurado por até vinte quatro meses após a cessação das contribuições, o que lhe assegura cobertura previdenciária durante esse período. Entretanto não ocorre a contagem do tempo de contribuição, já que o desempregado não tem renda para efetuar os recolhimentos devidos à Previdência Social.

Depreende-se, portanto, que o desempregado de mais idade, além de sofrer com a falta de renda para seu próprio sustento e de sua família, tem seu plano de aposentadoria adiado ou até mesmo inviabilizado.

As chances de o desempregado de mais idade retornar ao mercado de trabalho são menores. Caso não volte a obter um emprego, nunca terá renda suficiente para continuar a contribuir para a Previdência Social pelos poucos anos que faltam para ter direito ao seu benefício de aposentadoria.

Para amparar essas pessoas, propõe-se que o desempregado que comprovar que faltam apenas três anos para sua aposentadoria possa obter recursos junto ao Fundo de Amparo ao Trabalhador para manter as contribuições destinadas à Previdência Social. O trabalhador que



se utilizar desse financiamento dará como garantia o desconto direto das parcelas na sua aposentadoria, conforme já permitido pela legislação previdenciária em vigor.

Trata-se de uma medida vantajosa não somente para o trabalhador desempregado, mas também para a Previdência Social, que terá um aumento na sua receita, bem como para o Governo Federal como um todo, na medida em que reduz a possibilidade dessas pessoas de idade avançada virem a depender dos benefícios assistenciais.

Além disso, a hipótese estabelecida não tem o caráter de empréstimo a fundo perdido, uma vez que o financiamento estará condicionado à assinatura de uma permissão de desconto das parcelas quando for efetivada a aposentadoria do beneficiado. Dessa forma, estará garantido o retorno integral dos recursos financiados, não configurando qualquer perda ao Fundo.

Está mais do que evidente o alcance social da medida aqui pleiteada, razão pela qual esperamos contar com o apoio de nossos ilustres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2007.

Deputado JÚLIO DELGADO



733AE79A21

ArquivoTempV.doc

